



PREFEITURA DE
RIO PRETO



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

RELATÓRIO ANUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO 2021





PREFEITURA DE
RIO PRETO



Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto - RIOPRETOPREV

Edinho Araújo

Prefeito Municipal

Jair Moretti

Diretor Superintendente

Membros do Conselho Municipal de Previdência

Andreia Peres

Angelo Bevilacqua Neto

Carlos Henrique de Oliveira

Elias Viana dos Santos Junior

Greziele Matias de Paula Domingues

José Martinho Wolf Ravazzi Neto

Adriana Rambaiolo Tonin

Leandro Jamil Morgado

Rosycarmen Pontes Gestal Alvares

Sandra Regina Tobias

Valter de Lucca

Wilclem de Lazari Araujo





Sumário

Introdução	4
Base Legal	5
Composição do Conselho Municipal de Previdência	5
MANDATO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA	6
PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES DO COLEGIADO NO ANO DE 2021.....	9
DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE JANEIRO/2021:	9
DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE FEVEREIRO/2021:	9
DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE MARÇO/2021:	9
DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE ABRIL/2021:	10
DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE MAIO/2021:	11
DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE JUNHO/2021:	12
DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE JULHO/2021:	12
DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE AGOSTO/2021:	13
DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE SETEMBRO/2021:	13
DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE OUTUBRO/2021:	14
DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE NOVEMBRO/2021:	14
DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE DEZEMBRO/2021:	14





Introdução

Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), que são instituídos por lei de cada ente federativo, têm o objetivo de disciplinar a previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo vinculados à União, aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios.

Tais órgãos são criados, portanto, com a finalidade essencial de disciplinar a arrecadação das contribuições sociais previdenciárias e as regras de concessão dos benefícios previdenciários, assegurando o seu caráter contributivo e solidário, sempre em busca do equilíbrio financeiro e atuarial.

Segundo dados do Anuário Estatístico da Previdência Social, existem no Brasil cerca de 2.100 (dois mil e cem) Regimes Próprios de Previdência, que são responsáveis pela proteção previdenciária de mais de oito milhões de servidores, dentre ativos, inativos e pensionistas.

Consoante os mesmos dados, estima-se que o ativo financeiro sob gestão desses RPPS é superior a 200 bilhões de reais, sendo que a maioria destes recursos está investida em fundos de investimentos e títulos públicos.

Os regimes próprios de previdência social também devem realizar gestão de seu passivo atuarial, cuja soma dos resultados de todos os RPPS do país revela uma quantia estimada superior a um trilhão de reais, segundo a estatística supracitada.

A Constituição Federal de 1988 estabelece como princípio a gestão democrática da Seguridade Social, mediante a gestão descentralizada, com a participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e dos Governos nos órgãos colegiados.

Para atender ao preceito constitucional, a norma municipal criou dois órgãos colegiados responsáveis pela gestão e fiscalização da entidade previdenciária municipal: O Conselho Municipal de Previdência e o Conselho Fiscal.

Este relatório apresenta as principais atividades e deliberações adotadas pelo Conselho Municipal de Previdência, órgão superior de deliberação colegiada da RIOPRETOPREV.



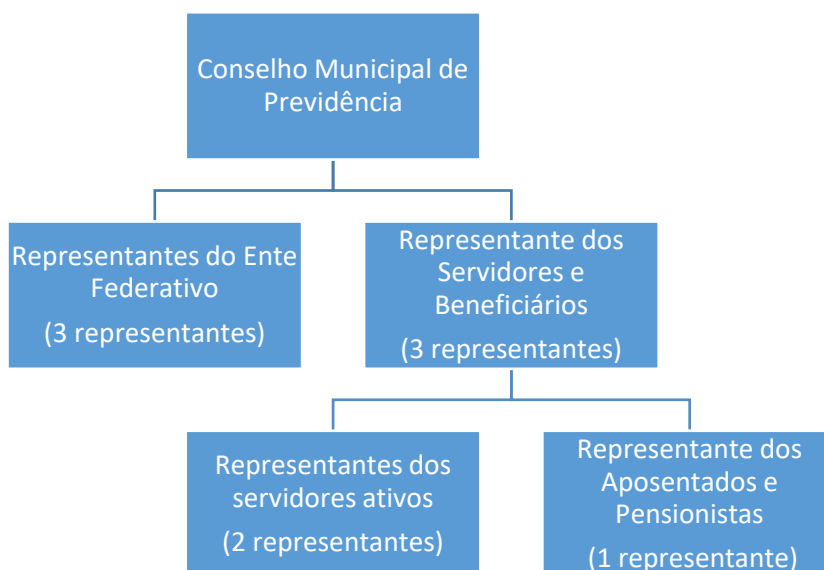
O Conselho Municipal de Previdência

O Conselho Municipal de Previdência, órgão superior de deliberação colegiada, deverá cuidar da aprovação do plano estratégico da entidade, bem como definir as questões políticas relativas à gestão atuarial, patrimonial, financeira, orçamentária e jurídica, além da execução do plano previdenciário e dos investimentos da entidade.

Base Legal

- Artigos 104 a 107 da Lei Complementar Municipal nº 139, de 28 de dezembro de 2001, com redação dada pela Lei Complementar nº 626, de 24 de junho de 2020¹;
- Regimento Interno do Conselho Municipal de Previdência, aprovado em 23 de outubro de 2020².

Composição do Conselho Municipal de Previdência



¹ <https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/riopretoprev/legislacao/leis/lei-complementar-626.pdf>

² <https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/riopretoprev/conselho-municipal-previdencia/regimento/regimento-interno-2020.pdf>



O Conselho Municipal de Previdência é composto por 06 (seis) membros titulares, escolhidos da seguinte forma:

- 03 representantes do Ente Federativo – Município – indicados, com os respectivos suplentes, pelo Chefe do Poder Executivo.
- 03 (três) representantes dos servidores e beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social, dos quais dois representantes dos servidores em atividade e um representante dos aposentados e pensionistas, indicados com os seus respectivos suplentes em eleição direta entre todos os participantes, por meio de processo amplo e democrático, organizado e realizado pelas Entidades Sindicais de Representação dos Servidores Municipais que comprovem possuir o devido registro no órgão competente, a ser realizado anualmente;

Das reuniões ordinárias e extraordinárias do CMP, que serão públicas, poderão participar o Diretor Superintendente e demais integrantes da Diretoria da entidade do Regime Próprio de Previdência Social, sem direito a voto, mas com direito a voz, exceto se estes integrarem o referido colegiado na qualidade de membro, quando então terão direito a voto.

MANDATO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

Os membros do conselho municipal de previdência têm mandato de 2 anos, não podendo ser substituídos a qualquer tempo. Os conselheiros somente poderão ser afastados de suas funções após regular processo administrativo para apuração de responsabilidade.

São hipóteses de vacância do mandato de conselheiro municipal de previdência:

- a) renúncia;
- b) ausência injustificada por mais de 3 (três) reuniões consecutivas ou 4 (quatro) intercaladas do Conselho Municipal de Previdência, sejam elas ordinárias ou extraordinárias;
- c) falecimento;
- d) não comprovação dos requisitos de que trata o inciso I do art. 8-B da Lei nº 9.717/1998, no prazo de 60 (sessenta) dias após nomeação ou indicação para o Conselho.





d) ausência da certificação de que trata o inciso II do art. 8º-B da Lei nº 9.717/98, tendo o conselheiro o prazo de 6 (seis meses) para obtenção da mesma, salvo justificativa, quando for o membro for indicado para estudo e realização da certificação.





REUNIÕES REALIZADAS NO ANO DE 2021:

Confira, na tabela abaixo, o demonstrativo das reuniões realizadas no exercício de 2021:

Mês	Reuniões
Janeiro	29/01/2021 – Reunião Ordinária
Fevereiro	26/02/2021 – Reunião Ordinária
Março	05/03/2021 – Reunião Extraordinária 12/03/2021 – Reunião Extraordinária 17/03/2021 – Reunião Extraordinária 26/03/2021 – Reunião Ordinária
Abril	09/04/2021 – Reunião Extraordinária 12/04/2021 – Reunião Extraordinária 30/04/2021 – Reunião Ordinária
Maiο	28/05/2021 – Reunião Ordinária
Junho	25/06/2021 – Reunião Ordinária
Julho	16/07/2021 – Reunião Extraordinária 30/07/2021 – Reunião Ordinária
Agosto	27/08/2021 – Reunião Ordinária
Setembro	24/09/2021 – Reunião Ordinária
Outubro	15/10/2021 – Reunião Extraordinária 29/10/2021 – Reunião Ordinária
Novembro	26/11/2021 – Reunião Ordinária
Dezembro	10/12/2021 – Reunião Ordinária

Portanto, no ano de 2021 foram realizadas 7 reuniões extraordinárias e 12 ordinárias, totalizando 19 reuniões.





PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES DO COLEGIADO NO ANO DE 2021

DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE JANEIRO/2021:

Na(s) reunião(ões) realizada(s) no respectivo mês, foi definido:

a) Reunião Extraordinária do dia 29/01/2021

- A aprovação das atas nº 263 e 264;
- A postergação, para a próxima reunião ordinária, da revisão e aprovação do Plano Estratégico da Entidade para 2019-2024;
- A aprovação do plano anual de ação do Conselho Municipal de Previdência para o exercício de 2021;
- Aprovação do relatório de prestação de contas do Conselho Municipal de Previdência, referente ao exercício de 2020;
- Aprovação do balancete contábil de dezembro de 2020;
- Aprovação das informações sobre os investimentos da entidade no mês de dezembro de 2020;
- Pelo referendo das decisões do Comitê de Investimentos no mês de outubro (complementação) e dezembro/2020.

DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE FEVEREIRO/2021:

Na(s) reunião(ões) realizada(s) no respectivo mês, foi definido(a):

a) Reunião Ordinária do dia 26/02/2021

- Pela revisão e aprovação do Plano Estratégico da Entidade para 2019-2023;
- Pela aprovação das informações sobre os investimentos da entidade no mês de janeiro de 2021;
- Pelo referendo das decisões do Comitê de Investimentos no mês de fevereiro/2021.

DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE MARÇO/2021:

Na(s) reunião(ões) realizada(s) no respectivo mês, foi definido:

a) Reunião Extraordinária realizada no dia 05/03/2021





- Pelo voto de qualidade do presidente do colegiado, pela manutenção do exposto no ofício nº 120/2021, que foi encaminhado aos Sindicatos responsáveis pelas eleições dos novos conselheiros municipais;
- b) Reunião Extraordinária realizada em 12/03/2021**
- Os membros deliberaram pelo agendamento de nova reunião extraordinária no dia 17/03/2021;
- c) Reunião extraordinária realizada em 17/03/2021**
- Com voto de qualidade do presidente, pela não prorrogação do prazo para discussão da ante minuta do PLC do Regime de Previdência Complementar, deliberando ainda pela discussão do tema na presente reunião;
 - Pela aprovação, com alterações, da ante minuta do projeto de lei complementar que trata da criação do Regime de Previdência Complementar;
 - Pela aprovação da ata nº 268;
- d) Reunião Ordinária realizada em 26/03/2021**
- Pela aprovação, com o voto de qualidade da presidência, da manutenção do plano de custeio suplementar definido na Lei Complementar nº 628/2020;
 - Pela aprovação das demonstrações contábeis do exercício de 2020, com as mesmas ressalvas indicadas pelos auditores externos;
 - Pela aprovação das informações dos investimentos referentes ao mês de fevereiro de 2021;
 - Pelo referendo das decisões do Comitê de Investimentos tomadas nas reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas no mês de março de 2021;
 - Pela apreciação do documento encaminhado junto ao interno nº 254/2021.

DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE ABRIL/2021:

Na(s) reunião(ões) realizada(s) no respectivo mês, foi definido:

- a) Reunião Extraordinária do dia 12/04/2021**



- Por maioria dos votos, pela não suspensão da discussão do tema definido na ordem do dia;
- Por maioria dos votos, pela aceitação das áreas constantes nas matrículas 161.045, 161.046, 161.047, 161.048, 163.969, 163.970, 163.971 e 163.972, todas do 1º ORI, e das áreas objetos das matrículas nº 11.659, 31.231, 48.456 e 70.111, todas do 2º ORI, avaliadas no montante de R\$ 39.022.411,04 (trinta e nove milhões, vinte e dois mil, quatrocentos e onze reais e quatro centavos), para pagamento das alíquotas suplementares do exercício de 2021 (e seguintes, até o esgotamento do saldo);
- Pela aprovação de envio de Ofício ao Executivo, sugerindo que seja encaminhado Projeto de Lei ao Poder Legislativo com o objetivo de isentar os imóveis doados à Autarquia do tributo municipal IPTU, pelo prazo de 5 a 10 anos após a alienação dos mesmos.

b) Reunião Ordinária do dia 30/04/2021

- Pela aprovação das atas 270 e 271;
- Pela aprovação do relatório de gestão corporativa do ano de 2020;
- Com o voto de qualidade do presidente, pela não contratação de auditoria atuarial;
- Pela aprovação dos balancetes contábeis de janeiro e fevereiro de 2021;
- Pela aprovação das informações sobre os investimentos da entidade no mês de março de 2021;
- Pelo referendo das decisões do Comitê de Investimentos tomadas nas reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas no mês de abril de 2021;
- Pelo referendo das decisões do Comitê de Investimentos tomadas na reunião extraordinária do Comitê de Investimento realizada no dia 30/03/2021;
- Pela apreciação do interno nº 402/2021.

DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE MAIO/2021:

Na(s) reunião(ões) realizada(s) no respectivo mês, foi definido:

a) Reunião Ordinária do dia 29/05/2021

- pela aprovação da ata nº 272;
- pela aprovação dos balancetes contábeis de março e abril de 2021;
- pela aprovação das informações sobre os investimentos da entidade no mês de abril de 2021;
- Pelo referendo das decisões do Comitê de Investimentos tomadas nas reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas no mês de maio de 2021;
- pela apreciação do interno nº 469/2021;
- pela apreciação da apresentação realizada pela Diretoria acerca do ISP-RPPS.



DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE JUNHO/2021:

Na(s) reunião(ões) realizada(s) no respectivo mês, foi definido:

a) Reunião Ordinária do dia 25/06/2021

- pela aprovação das atas nº 273 e 274;
- pela Eleição dos membros Angelo Bevilacqua Neto, Wilclem de Lazari Araujo e Leandro Jamil Morgado para as funções de presidente, vice-presidente e secretário do colegiado, respectivamente, no período de 01/06/2021 a 31/05/2022;
- pela aprovação do plano de ação de capacitação da RIOPRETOPREV;
- pela aprovação das informações sobre os investimentos da entidade no mês de maio de 2021;
- pelo referendo das decisões do Comitê de Investimentos tomadas nas reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas no mês de junho de 2021;

DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE JULHO/2021:

Na(s) reunião(ões) realizada(s) no respectivo mês, foi definido:

a) Reunião Extraordinária do dia 16/07/2021

- Apreciação do Estudo de ALM apresentado pela Consultoria de Investimentos;
- Diante do resultado do estudo aludido, foi aprovado por unanimidade o 1º Termo aditivo da Política de Investimentos 2021;

b) Reunião Ordinária do dia 30/07/2021

- Pela aprovação dos balancetes contábeis de maio e junho de 2021;
- pela aprovação do relatório com os resultados dos investimentos no mês de junho de 2021;
- pelo referendo das decisões do Comitê de Investimentos no mês de julho de 2021;
- pela postergação da apreciação dos itens 3.4 e 3.5 da pauta para a próxima reunião.





DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE AGOSTO/2021:

Na(s) reunião(ões) realizada(s) no respectivo mês, foi definido:

a) Reunião Ordinária do dia 27/08/2021

- Pela aprovação da Ata nº 275, Ata nº 276 e Ata nº 277;
- Pela aprovação da inscrição para participação no 17º Congresso Estadual de Previdência, que ocorrerá de 05 a 07/10/2021, em São José do Rio Preto, dos membros Carlos Henrique de Oliveira, Grezile Matias de Paula Domingues, Rosycarmen Pontes Gestal Alvares (a confirmar) e Adriana Rambaiolo Tonin (online);
- Pela apreciação e aprovação da Proposta Orçamentária (LOA) para o ano de 2022;
- Pela autorização para encaminhar projeto de Lei à Câmara Municipal e para adotar os procedimentos necessários para alienação dos seguintes imóveis públicos da entidade, cujas matrículas são: matrícula 45.661 2º ORI, matrícula 66.674 2º ORI, matrícula 11.659 – 2º ORI, matrícula 31.231 – 2º ORI e matrícula 48456 – 2º ORI;
- Pela aprovação do relatório/resultado dos investimentos no mês de julho de 2021;
- Pelo referendo das decisões do Comitê de Investimentos no mês de agosto de 2021;
- Pela aprovação do acréscimo dos seguintes itens nos relatórios semestrais produzidos pelo Controle Interno, além daqueles já disponíveis: i. Avaliação da evolução do déficit técnico atuarial, levando em consideração a evolução da taxa real de crescimento salarial, após o envio das informações pela Administração; ii. Evolução dos Indicadores de Situação Previdenciária nos 3 (três) últimos anos; iii. Descrição das determinações do TCE nos últimos 3 (três) exercícios e acompanhamento das ações implementadas para cumprimento;

DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE SETEMBRO/2021:

Na(s) reunião(ões) realizada(s) no respectivo mês, foi definido:

a) Reunião Ordinária do dia 24/09/2021

- Pela aprovação dos balancetes contábeis de julho e agosto de 2021;
- Pela aprovação do relatório/resultado dos investimentos no mês de agosto de 2021;
- Pelo referendo das decisões do Comitê de Investimentos no mês de agosto e setembro de 2021;
- Pela realização de reunião extraordinária, em 15/10/2021, às 9h, para apresentação do estudo de aderência das hipóteses atuariais pelo atuário
- Pela discussão do resultado preliminar do ISP na próxima reunião ordinária;





DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE OUTUBRO/2021:

Na(s) reunião(ões) realizada(s) no respectivo mês, foi definido:

a) Reunião Extraordinária do dia 15/10/2021

- Apresentação do estudo de teste de hipóteses e dos relatórios de gestão bimestral do primeiro semestre de 2021 (apresentação pelo atuário);

a) Reunião Ordinária do dia 29/10/2021

- Aprovadas, por unanimidades, as Ata nº 278 e a Ata nº 279;
- Aprovados as informações sobre os investimentos do mês de setembro de 2021.
- O colegiado referendou as decisões tomadas pelo Comitê de Investimentos no mês de outubro/2021 (Interno nº 842/2021 e e-mail de 28/10/2021). Pelo referendo das decisões do Comitê de Investimentos no mês de agosto e setembro de 2021;
- Pelo voto de qualidade do presidente do colegiado, restou aprovada a convocação de entidades da sociedade civil para participarem da próxima audiência pública anual.

DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE NOVEMBRO/2021:

Na(s) reunião(ões) realizada(s) no respectivo mês, foi definido:

a) Reunião Ordinária do dia 26/11/2021

- A Política Anual de Investimentos para 2022, bem como de sua política de risco, foram aprovadas por unanimidade.
- Pela aprovada, por unanimidade, o adiamento da discussão do item 3.2 da pauta: apresentação dos balancetes contábeis de setembro e outubro de 2021, bem como do item 3.3: apresentação das decisões do Comitê de Investimentos no mês de novembro de 2021 para referendo a aprovação da política anual de investimentos de 2022 e de sua política de riscos;

DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE DEZEMBRO/2021:

Na(s) reunião(ões) realizada(s) no respectivo mês, foi definido:

a) Reunião Ordinária do dia 10/12/2021

- Foi deliberado, por unanimidade, pela discussão e aprovação da Ata nº 281 e da Ata nº 282 na reunião ordinária de janeiro de 2022;





- Restaram aprovados os conteúdos das demonstrações contábeis de setembro e outubro de 2021, bem como as informações sobre os investimentos do mês de outubro e novembro de 2021.
- O colegiado referendou as decisões tomadas pelo Comitê de Investimentos no mês de novembro de 2021 (Interno nº 933/2021);
- Com três votos favoráveis e três abstenções, restou aprovado o Relatório de Gestão Corporativa do 1º Semestre de 2021.
- Os membros deliberaram pela discussão do item 3.6, Apreciação do Protocolo nº 2.360/2021, na reunião ordinária de janeiro de 2022.

São José do Rio Preto, 28 de janeiro de 2022.

(assinatura digital)

ANGELO BEVILACQUA NETO
Presidente do Conselho Municipal de Previdência





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F8B2-8759-C365-E5B5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ANGELO BEVILACQUA NETO (CPF 736.XXX.XXX-72) em 28/01/2022 16:16:10 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/F8B2-8759-C365-E5B5>